



O PAPEL DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA

Valmir Teixeira de Araujo¹

RESUMO: Este artigo discute a relação entre a imprensa negra, os movimentos negros e a memória da negritude brasileira, em uma abordagem metodológica teórica e documental, a partir de estudos bibliográficos sobre o tema e pesquisas em três edições de periódicos negros de diferentes períodos da história. A compreensão sobre a contribuição dos personagens negros e dos movimentos negros são fundamentais para que a negritude e a sociedade brasileira como um todo tenham uma percepção mais assertiva sobre a temática racial e busquem alternativas para o enfrentamento ao racismo. A partir deste trabalho é possível considerar que a imprensa negra desempenha um importante papel na construção de uma memória protagonista da negritude nas lutas contra a escravidão e a marginalização da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: *Imprensa Negra. Racismo. Movimento Negro.*

ABSTRACT: This paper deals with the relationship between the black press, the black movements and the memory of Brazilian negritude, in a theoretical and documentary methodological approach, based on bibliographic studies on the subject and researches in three editions of black periodicals from different periods of history. The understanding about the contribution of the black characters and the black movements is fundamental so that blackness and the Brazilian society as a whole have a more assertive perception about the racial theme in Brazil and look for alternatives to the confrontation with racism. From this work it is possible to consider that the black press plays an important role in the construction of a protagonist memory of blackness in the struggles against slavery and the marginalization of the black population.

KEYWORDS: *Black Press. Racism. Black movement.*

¹ Doutorando em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Universitário da Faculdade Atenas .E-mail: valmir.ptu@gmail.com

Introdução

A discussão sobre a negritude brasileira engloba diversas questões, dentre elas a memória sobre o que é ser negro no Brasil – um país marcado por um passado escravagista e um presente de injustiças, exclusões e preconceitos contra os descendentes dos povos escravizados. A memória da negritude tem um papel fundamental para a formação da identidade negra brasileira e também para uma compreensão mais assertiva da sociedade como um todo sobre a temática racial, o que por sua vez é indispensável no enfrentamento ao racismo.

Os veículos de comunicação podem contribuir com a compreensão de que indivíduos ou grupos têm sobre determinados assuntos e não seria diferente com as questões raciais. Imprensa, literatura e produção artística ao discutirem as temáticas raciais tendem a cooperar com um imaginário sobre a miscigenação brasileira que é sustentado pela ideologia da democracia racial. Com uma visão mais crítica sobre o processo de miscigenação e seus efeitos, historicamente a negritude não se vê representada nas leituras raciais dos veículos de comunicação tradicionais e por isso buscou a construção de suas próprias narrativas na imprensa negra.

213

Compreendemos imprensa negra a partir do conceito de veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo e comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros). A imprensa negra tende a se diferenciar da tradicional não apenas por produzir mais conteúdos (proporcionalmente) sobre a questão racial, mas por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade.

A discussão sobre a temática racial no Brasil está diretamente relacionada com a perspectiva dos indivíduos com o passado. Por isso, a imprensa negra tem um papel fundamental ao construir narrativas sobre os acontecimentos históricos relacionados ao povo negro, nas quais destacam o protagonismo das figuras negras, que raramente encontram espaço nos veículos de comunicação tradicionais. O entendimento sobre o protagonismo da negritude engloba os personagens negros que atuaram na resistência a

escravidão (quilombagem e revoltas), o movimento abolicionista e as movimentações contra a marginalização do negro.

O intuito deste trabalho é discutir o papel da imprensa negra brasileira na construção de uma compreensão mais assertiva sobre a temática racial para a negritude e a sociedade em geral. Para tanto, inicialmente será apresentada uma argumentação teórica sobre a temática racial no Brasil. Depois, serão apresentados uma discussão conceitual e um breve histórico sobre a imprensa negra brasileira. Por fim, uma discussão específica sobre o papel da imprensa negra, a partir de uma abordagem documental (MOREIRA, 2011), em que serão consideradas três publicações de periódicos negros de diferentes períodos históricos - *O Homem de Cor* (1833), *A Voz da Raça* (1936) e *Jornegro* (1978).

Temática racial no Brasil

As discussões sobre a temática racial no Brasil são comumente construídas a partir das narrativas de apenas um dos grupos participantes do processo histórico – o branco europeu e seus descendentes. Ribeiro (2015, p.26) ao propor uma discussão crítica sobre a formação da sociedade brasileira reconhece: “só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, que relato o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente dando a palavra de registro de suas próprias falas”.

Por sua vez, a negritude defende a construção de uma discussão racial em que as histórias e narrativas dos personagens negros do passado sejam incluídas e destacadas. As discussões sobre a resistência negra a escravidão por meio das revoltas e da quilombagem são tidas como fundamentais, bem como a participação de diversas personagens negras no movimento abolicionista. Figuras abolicionistas negras como Luiz Gama e José do Patrocínio são recorrentes nas discussões da negritude, por também terem atuado como jornalistas/escritores e assim proporem narrativas negras sobre a luta contra a escravidão no Brasil.

O sentido de negritude utilizado neste trabalho está, necessariamente, relacionado ao aspecto coletivo de um grupo étnico racial de pessoas – africanos e seus descendentes

- que buscam a conscientização e valorização da cultura, da identidade e memória do negro na sociedade brasileira. Segundo Munanga (1998, p. 56), o sentido de negritude tem uma relação com a “originalidade da organização sócio-cultural dos negros para, depois, sua unidade ser defendida, através de uma política de contra-aculturação, ou seja, desalienação autêntica”.

A defesa do protagonismo negro na construção da sociedade brasileira se faz importante para a compreensão de uma realidade tão diversa que não pode ser entendida apenas a partir do olhar do branco europeu. Munanga (1998) defende a importância da negritude para se repensar a temática racial, a partir do conjunto de valores da cultura do mundo negro, ou seja, dos povos africanos e seus descendentes. O entendimento mais assertivo sobre o que é ser negro no Brasil passa pela compreensão do papel importante que os próprios negros sempre tiveram nas lutas relacionadas as temáticas raciais.

A posição da negritude em relação a temática racial no Brasil contribuiu para uma compreensão particular, a partir da ótica do racismo estrutural, ou seja, do entendimento de que o racismo não é um mecanismo isolado e está presente em praticamente tudo - sistema educacional, imprensa, literatura, televisão, judiciário, política partidária e etc. O entendimento é que por mais que um indivíduo não queira ser racista ele pode colaborar com o racismo institucional ao permanecer com práticas que acabam por contribuir com a marginalização da população negra.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas, e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade racista cujo racismo é a regra e não exceção (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Uma discussão teórica sobre o racismo exige também uma reflexão histórica. Para Almeida (2018, p.20) apesar de já existente, foi a partir do século XVI que o racismo ganha força no mundo com a expansão mercantilista europeia, as grandes navegações, a colonização das Américas e o processo de escravização dos povos africanos. Segundo o autor, essa confluência de acontecimentos contribuiu com a construção do ideário

filosófico do homem europeu como “universal” e por consequência a naturalização do racismo, como forma de justificar a escravidão dos africanos e seus descendentes, que por sua vez possuem características físicas (tom de pele, cabelo e traços) tão distintas dos povos da Europa.

Foi criada uma verdadeira ideologia racial para sustentar o processo de escravização dos africanos, na qual o objetivo evidente era o da exploração financeira. Os estudos e teorias raciais que surgiram tinham como intuito a legitimação do processo de desumanização dos africanos e seus descendentes para que os mesmos pudessem servir como mão-de-obra gratuita nas colônias do Novos Mundo. Essa compreensão racista foi fundamental para sustentar o que consideramos como a maior tragédia da humanidade, tanto pelo incontável número de vítimas que não resistiram ao cruel processo de captura, transporte e torturas, tanto pela realidade vivenciada pelos descendentes de africanos, mesmo após o fim do regime.

Ao falar especificamente sobre a realidade brasileira, Moura (2014, p. 152) reconhece o avanço civilizatório que representou a abolição da escravidão em 1888, mas destaca que as “estratégias de dominação”, desenvolvidas no período escravocrata e baseadas no racismo permaneceram e foram fundamentais para o processo de marginalização do negro: “ O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à abolição na sua estratégia de dominação”.

Almeida (2018, p.25) afirma que “podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos”. Segundo o autor, esse conceito se diferencia de outros dois: preconceito racial, que estaria relacionado ao juízo que é baseado nos estereótipos de um indivíduo ou grupo; e a discriminação racial que estaria relacionada ao tratamento diferenciado ou pior que membros de determinados grupos recebem em razão de sua identificação racial.

Na atualidade, a discussão racial do ponto de vista biológica encontra-se majoritariamente superada, mas o conceito de raça persiste, a partir da compreensão social e histórica – justamente por ter sido sustentada pelos estudos da ‘ciência’ no passado.

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018, p.19).

A discussão racial no Brasil passa, necessariamente, pela miscigenação em razão desta ser uma realidade sobre a formação do país. Esse tema foi por muito tempo uma grande preocupação dos defensores das teses racistas, que sustentavam o argumento sobre a superioridade do branco europeu. Com o fim da escravidão e a realidade posta da miscigenação ganhou força os estudos baseados na ideologia da democracia racial, que apesar de poder ser considerado um avanço na comparação em relação às teses racista, são recebidos com muita criticidade pela negritude.

217

Segundo Schwarcz (2012), a partir da década de 1930, a ideia do mestiço como ícone nacional é amplamente defendida pelo estado. O estado brasileiro, a elite política e econômica e até a imprensa tradicional passam a utilizar o discurso da democracia racial para justificar a fraca discussão sobre o racismo e a necessidade das políticas afirmativas e assim contribuem com a naturalização do preconceito contra o negro.

A crítica a democracia racial parte justamente da leitura relativista sobre o passado escravagista e a marginalização do negro no Brasil, numa comparação às realidades tidas como mais duras ou de racismo explícitos, como Estados Unidos e África do Sul. Moura (2014, p. 50) rebate esse relativismo com a escravidão brasileira, destacando o fato de que independente de concessões eventuais concedidas pelos escravocratas, não se alterava o fato de que sujeito escravizado “não possuía nem podia ter a posse do seu próprio corpo” e assim era tratado como objeto de comercialização.

Conceitualmente, racismo e democracia racial podem ser descritas como ideologias em razão do falseamento desses sentidos em relação a realidade. Para Almeida (2018, p.63) “a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas, que eventualmente não fizeram tudo que estava ao seu alcance”.

Se faz necessário uma reflexão maior sobre o passado, com uma visão mais crítica sobre as narrativas mais difundidas, pois como nos alerta Ribeiro (2015) essas foram construídas a partir da visão dos brancos europeus. Por isso, a negritude defende a inclusão das narrativas negras na compreensão sobre a temática racial, o que nos leva a discussão sobre a importância da imprensa negra.

Imprensa negra brasileira

A concepção de imprensa negra utilizada neste trabalho é voltada para a observação sobre a produção de um conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, ainda que estas não tenham relação direta com as questões raciais. A partir desse entendimento é possível observar uma grande distinção dos jornais negros em relação a imprensa tradicional brasileira, que tende a tratar a temática racial de forma superficial e estereotipada.

A compreensão sobre o que é imprensa negra vai de encontro ao que vem sendo discutido por alguns pesquisadores da temática na literatura acadêmica. Pinto (2010, p. 28), que pesquisou sobre os primeiros periódicos negros brasileiros descreve essa imprensa como uma “linha de atuação e conteúdos voltados para a luta contra a discriminação racial”; Moura (2014, p. 248), ao discorrer sobre os jornais negros das primeiras décadas do século XX, destaca que “houve uma contribuição enorme, uma produção muito grande: sonetos, crônicas, apólogos, epigramas, sátiras, artigos sobre educação e protestos contra o preconceito racial”; já Sodré (2015, p. 275) aponta que a imprensa negra tem um papel de atuação forte na “denúncia contra o preconceito de cor, na consciência discriminatória e informa es históricas”.

Muitos jornais negros do Brasil se aproximam de um formato alternativo de jornalismo. Conforme Peruzzo (2008, p.5), o sentido de jornalismo alternativo está mais associado aos canais de comunicação que oferecem conteúdos diferenciados ou especializados: “o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem”. E podemos destacar como uma das características dos jornais negros o seu comprometimento com a produção de conteúdos diferenciados sobre a temática racial, em que o negro é apresentado como protagonista das narrativas relacionadas ou não com a temática racial.

O histórico de subalternização do povo negro está diretamente atrelado ao período escravocrata, em que foi institucionalizado na sociedade brasileira a concepção de que os povos africanos e seus dependentes não eram ser dignos dos direitos básicos de um ser humano e por essa razão lhes foi negada até a liberdade. Nesse período, ainda que um sujeito conseguisse a sua liberdade formal, ele continuaria sendo apontado na sociedade como um ser de segunda classe, em muitos casos sem ter direito ao trabalho formal. E foi nessa realidade escravocrata que negros libertos produziram os primeiros periódicos da imprensa negra brasileira.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e com isso os jornais negros brasileiros coexistiram com o sistema escravocrata. Em 1833 surge o primeiro periódico negro, *O Homem de Cor*, que tem a sua primeira edição catalogada no acervo da Biblioteca Nacional². Segundo Pinto (2010), outros três periódicos negros surgiram antes de 1888 – ano da abolição: *Brasileiro Pardo e O Cabrito/Lafuente*, também criados em 1833, no Rio de Janeiro, e jornal *O Homem: Realidade Constitucional*, criado em 1876 em Recife.

Tendo em vista a precariedade das condições da população negra liberta, esses periódicos negros tiveram um número limitado de publicações, mas conseguiram apresentar um conteúdo de reivindicação negra:

² <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=701815&PagFis=1>

O noticiado nos pasquins negros conquistou repercussão, extrapolando, assim, os limites que a pessoa hipotética dos redatores poderia determinar. O enigma fica, portanto, esvaziado diante da amplitude da mensagem emitida. À luz da debilidade dos registros que tentaram asseverar os responsáveis pela escrita daquelas folhas, opto por solucionar essa peleja apostando na veracidade e legitimidade do narrador construído, na persona negra que revela as demandas dos segmentos negros livres e liberto da Corte nos anos de 1830. Em vez de continuar adentrando no terreno movediço das especulações, é preferível tomar outro caminho e deslindar os fatos e as questões suscitadas nos pasquins e em seu contexto (PINTO, 2010, p 66).

Ainda no século XIX, logo após a abolição, também surgiram importantes jornais negros como *A Pátria* e *O Progresso* em São Paulo, em 1899; e *O Exemplo* em Porto Alegre, em 1892 (PINTO, 2010). Mas foi no século XX que foram criados uma grande diversidade de jornais negros no Brasil. A bibliografia acadêmica sobre imprensa negra aponta que foram criados jornais em diversas localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, a partir da organização dos movimentos negros.

O acervo público da Universidade de São Paulo catalogou 26 periódicos (jornais e revistas) negros, que existiram de 1903 a 1963 em São Paulo. São eles: *A Liberdade*, *A Rua*, *A Sentinella*, *A Voz da Raça*, *Alvorada*, *Auriverde*, *Chibata*, *Correio D'Ébano*, *Elite*, *Evolução*, *Hífen*, *Mundo Novo*, *Niger*, *Nosso Jornal*, *Notícias De Ébano*, *Novo Horizonte*, *O Alfinete*, *O Baluarte*, *O Bandeirante*, *O Clarim*, *O Clarim Da Alvorada*, *O Estímulo*, *O Mutirão*, *Progresso*, *Senzala* e *Tribuna Negra*³. Todos destacando o protagonismo negro.

Outro importante acervo público para pesquisas sobre os periódicos negros é o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro⁴, em São Paulo, com edições digitais jornais ligados aos movimentos negros da segunda metade do século XX, como o *Jornegro* (1978), o *Nêgo* (1978) e o *Jornal do NCN* (Núcleo de Consciência Negra da USP – 1999). Com uma proposta comercial, também é importante destacar a criação da *Revista Raça* (1996), em São Paulo, que depois foi renomeado de *Revista Afro Brasil*. Já no século XXI, com o surgimento da internet também foram criados diversos sites da

³ <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>

⁴ http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PJORN&titulo=JORNEGRO

imprensa negra, que desempenham um importante papel na articulação contemporânea da negritude (ARAÚJO, 2017).

Em razão do caráter artesanal e em muitos casos personalíssimo, ou seja, criado por um indivíduo, que também era responsável pela produção dos conteúdos e até da distribuição, muitos veículos da imprensa negra brasileira ainda não foram nem catalogados e pesquisados. Contudo, a partir dos estudos já existentes na bibliografia acadêmica é possível destacar a importância histórica da imprensa negra para as articulações da negritude no Brasil. Para tanto, destacaremos três periódicos negros de diferentes períodos:

O pasquim *O Homem de cor*, criado em 14 de setembro, na tipografia de Francisco de Paula Brito, um negro livre do Rio de Janeiro, que já trabalhava com impressão de jornais é considerado um dos pioneiros na luta contra a escravidão e o preconceito racial no Brasil. Com poucas edições, a existência desse pasquim ajuda a reforçar a ideia defendida pela negritude em relação a participação do negro na formação da sociedade brasileira: “ocuparam espaços decisivos para a expressão de suas opiniões sobre a sociedade que viviam, estabeleceram alianças, romperam outras, enfrentaram dúvidas e, em alguma medida, tiveram sucesso em suas empreitadas” (PINTO, 2010, p. 31).

O jornal a *Voz da Raça*, criado pela Frente Negra Brasileira, em 1933, em São Paulo, tinha como intuito a defender das pautas de entidade, como a integração do negro na sociedade brasileira, a identidade nacional negra e uma integração dessa sociedade brasileira. O jornal que publicou edições até 1937 trazia os acontecimentos relacionados a FNB (uma das maiores instituições negras do período, com estrutura em vários estados), uma intensa agenda cultural, para destacar a vida social do negro e sustentava posições político-ideológicas pautadas na luta contra o preconceito racial (SODRE, 2015).

O *Jornegro* também foi criado em São Paulo em 1978, que publicou edições até 1978, em plena ditadura militar. Produzido pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (Feabesp), o *Jornegro* foi criado em um período de grande articulação da negritude e no mesmo ano da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e ao mesmo tempo sob a forte repressão da ditadura militar. Madeiro (2019)

aponta que documentos do Arquivo Nacional apontam que dezenas de líderes negros foram presos, torturados e até mortos nas décadas de 1970 e 80 no Brasil, por participarem da luta de movimentos raciais, considerados uma ameaça a propaganda oficial de um país sem racismo, apoiado na ideologia da democracia racial.

Papel da imprensa negra

Além de lutar contra o racismo, a violência e pelo desenvolvimento de políticas afirmativas, a negritude brasileira sempre foi combativa na desmistificação de algumas concepções criadas sobre a escravidão, o comportamento dos negros escravizados e de seus descendentes. As teorias racistas e a ideologia da democracia racial colaboraram com a criação de verdadeiros mitos sobre a questão negra no Brasil, que sempre dificultaram uma compreensão ampla na sociedade sobre a necessidade de se discutir a temática racial, o enfrentamento ao racismo e necessidade de propor políticas públicas afirmativas.

Tendo em vista que o surgimento da imprensa negra antecede o fim da escravidão no Brasil é importante considerar o papel destes nas lutas da negritude. Ao destacar as narrativas negras em suas publicações, a imprensa negra brasileira se diferencia da imprensa tradicional e contribui para a compreensão defendida pela negritude a respeito da necessidade de uma discussão mais aprofundada na sociedade sobre a temática racial. E as primeiras publicações dos veículos negros já sinalizavam para esse tipo narrativas, como ressalta Pito, (2010) ao destacar que negros libertos da década de 1830 criaram os primeiros pasquins, com o intuito de expressarem suas opiniões contrárias às ideologias racistas, que legitimavam a escravidão e o racismo explícito.

Para colaborar com essa discussão destacamos parte da publicação da edição de número 1, de 12 de junho de 1833, do pasquim *O Homem de cor*:

Figura 1 – O Homem de Cor



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Como é possível observar na figura essa publicação destaca o artigo 179 da Constituição de 1824: “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. Essa edição também conta com uma reflexão sobre a composição racial do governo (formado por brancos), além de um texto do pasquim negro sobre a questão racial a partir do olhar do negro livre (O HOMEM DE COR, 1833). Tendo em vista a discussão sobre a importância da imprensa negra é possível destacar a reivindicação para a superação da ideologia racista, que impedia “homens de cor” mesmo ‘livres’, de assumir um cargo público, destacando o que já estava previsto na constituição.

A escravidão foi sem dúvida alguma um dos piores capítulos da história brasileira e o registro sobre a existência da imprensa negra em um período que o estado brasileiro tutelava abertamente a ideologia racista por si só revela a capacidade de articulação e resistência da negritude. O fim do sistema escravocrata representou um grande avanço para os negros, mas os séculos de escravidão deixaram marcas raciais, a partir dos

instrumentos de dominação, prestígio e exploração que persistiram na realidade brasileira, como destacou Mourão (2014).

No período pós-escravidão, enquanto os negros e suas causas eram praticamente ignorados pela imprensa tradicional, fortaleceu a ideia sobre a necessidade de imprensa negra no Brasil. Mesmo em uma realidade de analfabetismo da maioria esmagadora da população negra foram criados dezenas de jornais negros nas primeiras décadas do século XX, que destacavam a organização negra, suas vidas em sociedade e as reivindicações.

Na edição do dia 8 de abril de 1933 do *A Voz da Raça* é possível observar uma diversidade de coberturas envolvendo a questão do negro:

Figura 2 – A Voz da Raça



Fonte: Acervo digital da Universidade de São Paulo (USP).

A primeira página do jornal já traz diversos textos sobre acontecimentos relacionadas a Frente Negra Brasileira (órgão responsável pela criação do jornal). Ao longo da edição também é possível observar a presença de boletins sobre eventos sociais

negros e reflexões sobre a vida do negro nesse período (A VOZ DA RAÇA, 1933). Essa característica de ressaltar a vida social negra, tem uma importância na discussão sobre o sentido e da busca por cidadania do negro na sociedade brasileira.

Moura (2014, p. 248) destaca que os jornais negros das primeiras décadas do século XX, que por diferentes formatos textuais (sonetos, crônicas, artigos e etc) realizaram seu protesto contra o preconceito racial. Essas publicações também são importantes para a documentação das narrativas negras e posteriores estudos, como este.

Uma terceira fase da imprensa negra abordada neste trabalho é o período histórico da ditadura militar no Brasil (1964-1985) – período de forte censura para os veículos de comunicação em geral e repressão bruta contra os movimentos populares organizados, como o movimento negro (MOREIRA, 2018).

Na edição do julho 1978, o *Jornegro* aborda a realização da Copa do Mundo na Argentina para falar de discriminação contra o negro:

Figura 3 - Jornegro



Fonte: Acervo digital do Centro de Documentação do Vergueiro.

A imagem positiva do futebol no Brasil na década de 1970, com uma seleção vitoriosa e multirracial é contestada pelo *Jornegro*. Nesta edição também é possível

observar a divulgação das ações coordenadas dos movimentos negros e a busca por se rediscutir o passado da negritude, a partir da perspectiva do povo negro, por meio de textos sobre economia, política e acontecimentos internacionais (JONEGRO, 1978). Essa diversidade de tratativas de temas observada vai de encontro com a compreensão do racismo enquanto estrutural, ou seja, na educação, no judiciário, na política, na cultura como argumenta Almeida (2018).

Assim, é possível considerar que imprensa negra como um instrumento que auxilia na construção de uma memória sobre o negro no Brasil, a partir de uma relação de proximidade maior com o olhar dos povos que foram escravizados e seus descontentes. Isso, pois as narrativas da imprensa negra partem da visão dos próprios negros, que por sua vez tem uma visão de mundo influenciada pelos seus descendentes, que em algum grau foram pessoas escravizadas.

A compreensão sobre a escravidão a partir dos descendentes negros tende a ser influenciada pelo olhar dos povos que tiveram a vivência da inferiorização em seu cotidiano e que tiveram que lutar para garantirem o seu espaço na sociedade (MOURA, 2014). O que foi documentado pela imprensa negra, assim como pela a literatura negra, tem um papel importante em preservar e destacar as memórias da negritude ao longo dos tempos. Vários jornais negros foram criados pela própria negritude contribuindo assim para o que podemos denominar sobre memória coletiva da negritude, sobre seu passado para compreender as lutas e seu papel no contexto atual.

Ao discorrer sobre o que denominamos de mitos sobre o que é ser negro no Brasil é importante destacar a imagem de passividade, diante às adversidades. Essa concepção pode ser confrontada com os fatos narrados sobre o passado dos povos negros, que resistiram a escravidão e com isso surgiram os quilombos, com a atuação dos negros libertos no movimento abolicionista e a organização dos negros após o fim da escravidão em entidades representativas. Além disso, podemos destacar a atuação dos negros na criação dos jornais da imprensa negra

Considerações finais

Dentre as considerações que se pode apontar sobre o papel da imprensa negra brasileira, a partir da discussão baseada na revisão bibliográfica e na documentação de edições de três períodos históricos da imprensa negra está a de que esses veículos de comunicação contribuíram para uma compressão mais protagonista da negritude no Brasil. A própria existência dos periódicos negros já aponta para esse protagonismo, principalmente se pensarmos que alguns deles surgiram ainda no período da escravidão, como o pasquim *O Homem de Cor*. Na segunda fase destacada nesse trabalho, a edição citada do jornal *A Voz da Raça*, um exemplo da importância dos veículos negros para os órgãos do movimento negro e seu papel nas articulações da negritude na período pós-escravidão. Por fim, a edição do *Jornegro* um exemplo da tratativa do racismo como um fenômeno estrutural, num período em que o governo militar brasileiro se negava a reconhecer o racismo e ainda reprimia as articulações dos movimentos negros.

A contestação da ideologia racista e da democracia racial também são duas constantes na imprensa negra, a partir das discussões bibliográficas e das edições dos periódicos negros destacados. É possível considerar que a imprensa negra contribui para uma memória diferenciada sobre a negritude brasileira, principalmente, por construir narrativas buscando a visão de mundo do povo negro, valorizando a cultura negra, ainda que a temática não seja racial, contribuindo assim com as discussões realizadas na sociedade.

O papel da imprensa negra brasileira extrapola ao que está explícito em suas publicações, como o destaque do negro, a denúncia ao racismo e a divulgação de ações realizadas ou voltadas para a população negra. É possível considerar a importância dos jornais negros a memória sobre a negritude, a partir de um olhar mais crítico sobre a temática racial e mais próximo ao dos povos que vivenciaram a escravidão e de seus descendentes negros, que sofreram todos os impactos causados pelo racismo.

Referências

- A VOZ DA RAÇA. Frente Negra Brasileira (FNB): São Paulo, 1933, ano 1, nº 6.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Letramento: Belo Horizonte, 2018.
- ARAUJO, V. T. **Imprensa negra brasileira na internet**. Trabalho apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Curitiba, 2017.
- JORNEGRO. Federação das Entidade Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo (Feabesp): São Paulo, 1978, ano 1, nº 3.
- MADEIRO, C. Repressão aos negros: documentos mostram como a ditadura espionou contra o racismo com agente infiltrados e perseguições. Maceió, **UOL**, 31 mar. 2019.
- MOREIRA, S. V. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 3ª ed. Atlas: São Paulo, 2011, p.269-279.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ª Ed. Anita: São Paulo, 2014.
- MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos**. Ática: São Paulo, 1986
- PERUZZO, C. M. K **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revistados e reelaborações no setor**. Chía: Revista Palavra Clave, 2008
- PINTO, Ana F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. Selo Negro: São Paulo. 2010.
- O HOMEM DE COR. Tipografia Fluminense de Brito e Cia: Rio de Janeiro, 1833, ano 1, nº 1.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. Global: São Paulo, 2015.
- SCHWARCZ, L.M. **Racismo no Brasil**. PubliFolha: São Paulo. 2012.
- SODRÉ, M. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3ª ed., Editora Vozes: Petrópolis, 2015.